



PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO/SP

Américo Córdula¹

Maria Amelia Jundurian Corá²

INTRODUÇÃO

Planejar faz parte do ciclo das políticas públicas, porém, essa prática não vem dissociada da capacidade de execução e de um sistema de controle para monitoramento e avaliação das atividades. No âmbito da cultura não é diferente, planejar os programas, projetos, ações e indicadores das políticas culturais é estruturante para a implementação das mesmas e com isso alcançar seu desenvolvimento. Nesse sentido, os Planos de Cultura Nacional, Estadual e Municipal aparecem como um instrumento de planejamento integrado aos planos plurianuais e demais instrumentos orçamentários.

O Plano é um instrumento que pode contribuir significativamente para a promoção da responsabilidade necessária do poder público com a área cultural, a partir do reconhecimento da diversidade cultural. Da mesma forma, a participação social é entendida como o elo a fortalecer um sistema mais democrático e coerente com novas dinâmicas produzidas na contemporaneidade, bem como um desenvolvimento amparado em dinâmicas locais (COSTA; BARROS, 2016, p. 131).

Elaborar um Plano de Cultura para dez anos é um processo bastante complexo, requer articular: interesses, demandas, grupos, indivíduos, políticas e ações culturais. No caso brasileiro, a cultura de planos, mesmo estando prevista nas legislações, ainda é incipiente, principalmente quando observada no âmbito dos municípios. Os

¹ Ator, formado em Ciências da Computação e Consultor em Políticas Culturais, foi Secretário de Identidade e Diversidade Cultural e Secretário de Políticas Culturais no Ministério da Cultura do Brasil entre 2006 e 2015. Mestrando no PPG Humanidades, Direitos e outras Legitimidades USP/FFLCH/DIVERSITAS. E-mail: americo.cordula@gmail.com.

² Graduada e Mestre em Administração, Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, Professora do curso de Administração na Universidade Federal de Alagoas campus Arapiraca. E-mail: maria.cora@arapiraca.ufal.br.

gestores municipais de cultura ainda não possuem uma prática em seus municípios e estão aprendendo à medida que criam seus planos. Contemplar a participação social é outro esforço que requer um processo de articulação no território, conhecer os participantes, escutar, sistematizar e acompanhar ao longo do tempo, promovendo ciclos de avaliação.

A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo iniciou esse processo, e este artigo analisa todas as etapas que envolveram a elaboração do Plano Municipal de Cultura entre 2015 e 2016, e está dividido em quatro partes: a primeira discute o conceito de participação social e como se deu com a criação das políticas culturais no Brasil; a segunda parte analisará as propostas advindas das três conferências municipais de cultura de São Paulo e que serviram de base para o plano; a terceira parte analisa o processo de elaboração, metodologia, oficinas e audiências e consulta pública; a quarta e última parte as considerações finais e os acontecimentos após Decreto Municipal nº 57.484 de 29 de novembro de 2016 e suas consequências.

1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS

A participação social na política brasileira é repleta de exemplos de manifestações populares que demonstram a capacidade do povo brasileiro de se organizar e lutar por seus direitos. É claro que a forma e a intensidade de luta variam de acordo com os usos e costumes de cada época, com a experiência histórica e política de cada um dos movimentos sociais e com a abertura ao diálogo e à negociação com os governantes da vez.

Estudos recentes atribuem que a efetivação de uma cultura democrática de participação só veio de fato a se tornar uma prática a partir da Constituição Federal de 1988:

A partir da Constituinte, e ao longo da década dos 90, torna-se cada vez mais clara para os movimentos sociais a reivindicação de participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade. Não reivindicam apenas obter ou garantir direitos já definidos, mas ampliá-los e participar da definição e da gestão desses direitos, não apenas ser incluídos na sociedade, mas participar da definição do tipo de sociedade em

que se querem incluídos, de participar da “invenção de uma nova sociedade” (CARVALHO, 1998, p. 3).

Historicamente o espaço de participação da sociedade civil para discutir as políticas de cultura se deu nos conselhos. O primeiro Conselho Nacional de Cultura foi instaurado em 1938 pelo Decreto-lei nº 526, na era Vargas, e recriado em 1961, em 1966 foi rebatizado de Conselho Federal de Cultura (CFC) pelo Decreto-lei nº 74, já na Ditadura e que perdurou até 1990:

O CFC permaneceu em funcionamento por mais de 20 anos e teve sua dissolução decretada em 1990, na gestão do Presidente Collor. Criado nos moldes do Conselho Federal de Educação, o Conselho Federal de Cultura era, inicialmente, constituído por 24 membros, diretamente nomeado pelo Presidente da República. Os conselheiros, segundo o previsto no Decreto de criação do órgão, deveriam ser escolhidos “dentre personalidades eminentes da cultura brasileira e de reconhecida idoneidade” além de representarem as áreas de artes, letras e ciências (CALABRE, 2010, p. 1).

O governo Collor, por sua vez, acabou com o pouco que existia de participação social, extinguindo o CFC, rebaixou o *status* do Ministério para Secretaria e diminuiu a ação das vinculadas. A única política que se destacou foi a criação da Lei Sarney, que fomentava os projetos culturais via renúncia fiscal, e que, posteriormente, após algumas modificações, viria a se tornar a Lei Rouanet em 1993. Esta cunhou a máxima no *slogan* “Cultura é um bom negócio”, caracterizando a política neoliberal proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que fomentou a cultura patrocinada por empresas que utilizavam o dinheiro público para divulgar sua marca e, dessa maneira, surgiu o *marketing* cultural.

Até a disputa eleitoral de 2002, a política cultural foi definida pelos dirigentes das instituições, sem a participação efetiva da sociedade, e se caracterizou por uma política de “balcão”, sem atender de forma democrática às demandas emergentes. Na campanha eleitoral o Partido dos Trabalhadores apresentou o Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente para políticas públicas de cultura – “A imaginação a serviço do Brasil”, que apontava para uma redefinição de comportamento no trato com a políticas por meio da inclusão cultural:

A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental no resgate da identidade do país. [...] preciso, pois, abrir espaço para a expressão de nossas peculiaridades culturais (inclusive de recorte

regional), sem que isso se confunda com um nacionalismo estreito, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha de nossa melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares de nossa identidade em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo mundo. [...] essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de ideias e de formas de expressão artística (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001, p. 8).

No mesmo período acontecia uma discussão no âmbito da UNESCO relativa à diversidade cultural, que viria ter um impacto importante na formulação das políticas e que mais tarde se tornou a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da qual o Brasil teve um papel importante na sua elaboração e se tornou signatário em 2006.

O governo Lula, ao atender à Constituição Federal de 1988, reforça a democracia participativa e intensifica a realização de conferências nacionais em todos os segmentos.

Nessa ocasião ocorreu uma importante reestruturação do Ministério da Cultura, e a institucionalização das políticas culturais tornou-se um desafio que preconizava o diálogo e a participação social, com o objetivo de construir um processo que abarcasse uma política de penetração nacional, com a inclusão da diversidade cultural.

Essa escuta se deu por vários processos e articulações, desde fóruns temáticos, seminários, debates e movimentos culturais espalhados pelo país, até as conferências de cultura, principal instrumento de garantia da articulação entre o poder público e a sociedade civil, e da participação na elaboração e gestão das políticas públicas nas três esferas de governo.

(...) as conferências nacionais de políticas públicas consistem em mediações democráticas muito eficazes e, portanto, muito apropriadas a adensar nosso modelo de democracia pela redefinição das relações entre sociedade civil e Estado. O Brasil faz na prática o que os estudiosos internacionais da democracia e dos processos democráticos de formulação de políticas públicas esforçam-se por fazer criando modelos teóricos e produzindo simulações hipotéticas: aprofundar o grau de participação e deliberação das decisões políticas por meio de

uma aproximação entre o Estado e a Sociedade civil (POGREBINSCHI; SANTOS, 2011, p. 266).

Essa participação e o controle social têm como objetivo a elaboração de propostas e priorização de diretrizes e ações que possam orientar o poder público em sua atuação. As conferências preveem a interação entre os entes federados, com etapas nos municípios, estados e federação, e são convocadas pelo Executivo, que sugere temas e eixos a serem tratados, que servem de base para a construção das políticas nacionais.

Em 2005, a Presidência da República convocou a primeira Conferência Nacional de Cultura, processo que envolveu 19 estados e o DF e 1.158 municípios. O registro deste evento foi consolidado no Relatório de Participação, que apresentava as diretrizes e ações propostas pelos delegados das três instâncias de governo e priorizava um determinado número de propostas que deveriam ser realizadas pelos respectivos Executivos.

2 AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE CULTURA DE SÃO PAULO (CMC)

São Paulo realizou três conferências, em 2004, 2009 e 2013. Como veremos a seguir, houve um amadurecimento neste período de dez anos, contemplando a participação social e iniciando a institucionalização das políticas culturais.

2.1 PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO

A conferência foi convocada pela prefeita Marta Suplicy (2001-2004) pelo Decreto nº 44.765, de 19 de maio de 2004. Por se tratar do ano de comemoração dos 450 anos da fundação da cidade, teve como tema A Cultura em São Paulo: Diversidade e Direitos Culturais, e as discussões estruturaram-se em torno de seis eixos: Gestão Cultural; Memória e Patrimônio Cultural; Cultura como Atividade Econômica; Globalização e Metrôpole; Interfaces da Cultura com a Educação e Cidadão e Cultura: Possibilidades de Ampliação de Acesso, Participação e Criação do Cidadão.

Tendo sido organizada por membros do Conselho Municipal de Cultura com apoio de técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, a I Conferência Municipal de Cultura foi precedida por onze pré-conferências, sendo duas delas temáticas (Memória e Patrimônio Cultural – São Paulo 450 Anos e Instituições Culturais) e nove territoriais, nas macrozonas da cidade (sudeste, leste 1, leste 2, centro sul, nordeste, sul, noroeste, oeste, centro). Das pré-conferências, resultaram 658 propostas elaboradas, além da eleição de 135 delegados da sociedade civil e da indicação de 85 representantes do poder público para a etapa municipal.

No decorrer da I Conferência Municipal de Cultura (CMC), os delegados deliberaram e priorizaram um conjunto de 131 propostas.

Análise da I Conferência Municipal de Cultura

A primeira observação a ser feita é que a conferência foi uma iniciativa da gestão da prefeita Marta Suplicy e ainda não havia sido feita a convocação para a I Conferência Nacional de Cultura pelo governo federal, que viria a acontecer em 2005. A conferência teve a participação de cerca de 3.600 pessoas, que compareceram nas audiências regionais por se tratar de um processo inovador. Pela primeira vez a população teria a oportunidade de participar e opinar, o que, aliado à falta de oportunidades de diálogo com a sociedade de maneira territorializada, gerou uma quantidade de propostas (658) de variada dispersão. Das 131 propostas priorizadas, aquelas em maior número foram as do eixo **Gestão Cultural (42 propostas)**, que abordaram a necessidade de: ampliação da governança da cultura de forma distribuída, nas subprefeituras, ampliando a diversidade cultural, espaços, programação, ocupações de imóveis ociosos; criação de conselhos regionais de cultura; manutenção e modernização de bibliotecas; melhoria na comunicação da programação; capacitação técnica e formação artística; e a reestruturação da secretaria de modo a atender às necessidades.

O eixo **Memória e patrimônio cultural (36 propostas)** foi a segunda com mais propostas. Destacam-se: a manutenção e ampliação de políticas de preservação do patrimônio material e imaterial; participação da sociedade civil na elaboração de planos; proteção de sítios históricos, de manifestações culturais tradicionais e indígenas; reestruturação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental de São Paulo (COMPRESA), garantindo maior participação social;

inclusão da educação patrimonial na rede de ensino; implementação da política de preservação arquivística; criação do Fundo Municipal de Cultura e mecanismos de isenção fiscal.

Os temas escolhidos, mais a necessidade histórica de refletir os 450 anos da cidade, talvez tenham misturado os propósitos, o que poderia ter sido resolvido com a separação em outras conferências temáticas. Por si só a questão do patrimônio e sua complexidade e especificidades poderia ser abarcada por uma Conferência sobre Patrimônio e Cidades.

Os eixos **Globalização e metrópole (20 propostas)** e **Cidadão e Cultura (19 propostas)** buscaram contemplar o território e os efeitos da globalização. Após a conferência ocorreu o Fórum Mundial de Cultura³, sendo que a questão do território e da diversidade cultural e sua proteção apareceu também nas propostas. Isso sugeriu a ampliação da programação cultural dos espaços públicos, valorizando manifestações populares e étnicas, bem como programas de acesso a bibliotecas e museus e formação musical. Essas ações, complementadas pelas de cidadania cultural, demonstravam a preocupação da participação efetiva da sociedade nas políticas culturais, e não apenas na fruição.

O eixo **Interfaces entre Cultura e Educação (cinco propostas)** teve pouca prioridade. A divisão de atribuições das políticas de educação e cultura, apesar de ter retomado uma importante ação que foi a criação da rede de Centro de Educação Unificado (CEUs), ainda não decorria de acúmulo para definições de responsabilidade, principalmente na gestão do espaço que naquele momento pertencia à Secretaria de Educação. O tema da formação de público, sempre presente nas políticas culturais, tem como principal foco o público das escolas, universo da Secretaria de Educação, e os equipamentos culturais, de responsabilidade da Secretaria da Cultura.

O eixo **Cultura como atividade econômica** foi o que recebeu menos prioridade, apenas **quatro propostas**. Essas, por sua vez, foram muito incipientes. Ainda não havia demandas e acúmulo suficiente para tratar sobre economia da cultura, e apenas a questão da geração de renda foi abordada. Esse tema retornaria com mais atenção na terceira conferência.

³ Na cidade de São Paulo, no Palácio das Convenções do Anhembi, de 26 de junho a 4 de julho de 2004.

Outro grande problema foi o tempo político para a realização da conferência. Ela foi convocada em maio de 2004, na metade do último ano da gestão de Marta Suplicy. Porém, uma conferência deveria acontecer no primeiro ano de gestão, para que o executivo pudesse responder dentro do período de quatro anos. A expectativa de continuidade da gestão, que não se consolidou, acarretou numa grande frustração causada pela não consideração das resoluções e prioridades apontadas na conferência pela nova gestão comandada pelo prefeito José Serra.

A participação social ampla foi percebida pela diversidade cultural presente, que naquele momento compreendeu pessoas, movimentos e coletivos: indígenas, culturas populares, pessoas com deficiência, periferia, LGBT, gênero e racial. Esses movimentos pautaram suas demandas e representatividade nas políticas. A gestão, por sua vez, ainda não estava preparada para lidar com esses segmentos que reivindicavam seus direitos culturais.

Uma das ações culturais mais importantes da gestão Marta Suplicy foi a criação dos 21 CEUs, ação intersecretarial que implantou centros de educação e cultura na periferia, que, depois das bibliotecas implantadas nos anos 1950, permitiu a chegada de equipamentos em lugares que não possuíam nada. Esses equipamentos tiveram como inspiração as Escolas Parque criadas pelo educador baiano Anísio Teixeira. No entanto, as políticas desses equipamentos só viriam a ser implantadas nas futuras gestões.

Em 2005 o Ministério da Cultura convocou a primeira Conferência Nacional de Cultura, e infelizmente o governo da cidade de São Paulo não atendeu ao chamado, tampouco o governo de Estado. Ainda mais grave, não enviou os delegados eleitos na conferência de 2004, o que os levou a participar espontaneamente da conferência regional da região sudeste em Juiz de Fora, onde foram eleitos para a etapa nacional em Brasília.

2.2 SEGUNDA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO

A II Conferência Municipal de Cultura foi convocada pelo Decreto nº 50.894, de 29 de setembro de 2009, pelo prefeito Gilberto Kassab, aconteceu entre 23 e 25 de outubro de 2009 e atendeu à convocação do governo federal, que realizaria a II

CNC em 2010. Participaram 292 pessoas, das quais foram eleitos 15 delegados para representar São Paulo na Conferência Estadual. A conferência teve os seguintes temas: Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cultura, Cidade e Cidadania; Cultura de Desenvolvimento Sustentável; Cultura e Economia Criativa e Gestão e Institucionalidade da Cultura.

Foram elencadas 171 propostas e delas priorizadas 15 por eixo temático, totalizando 75 propostas, que foram subdivididas para serem levadas às conferências estadual e nacional.

Análise da II Conferência Municipal de Cultura

Esta conferência teve como principal problema a baixa participação, cerca de 292 pessoas, com pouca discussão territorial. Além disso, não aconteceram conferências regionais, demonstrando uma falta de comprometimento e descaso com a proposta do governo federal. Conforme aponta o relatório da conferência apresentado pela Secretaria Municipal de Cultura:

O número reduzido de participantes em relação ao total de inscritos prejudicou a representatividade da Conferência, resultando na redução do número de delegados em relação à estimativa inicial. A diversidade cultural existente na cidade ficou parcialmente representada, o que também se deve ao pouco tempo de preparação, divulgação, e esclarecimento dos fins do encontro (SÃO PAULO, 2009).

O espaço de participação dos paulistanos na construção da política cultural municipal foi quase inexistente no período da gestão do PSDB. O executivo ditou suas políticas, então, a interlocução passou a ser o legislativo, que sancionou diversas leis que possibilitaram o fomento ao teatro, dança, circo, a projetos culturais da periferia como a Lei do VAI.

Efetivamente as resoluções da II CMC agregaram pouco às propostas da primeira conferência. De qualquer maneira foram utilizadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura. Seguiram praticamente com as mesmas reivindicações, como a reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura, descentralização para as subprefeituras, conselhos gestores, modelo participativo da gestão de cultura.

Apesar de poucos participantes, surgiram novos segmentos e propostas diferenciadas, como a criação do mapeamento dos espaços físicos públicos ociosos para ocupação cultural; do movimento das escolas de samba paulistana, que teve significativa participação; a criação da Cidade do Samba, que viria a acontecer em 2018; ações de turismo e cultura; uma política de distribuição de instrumentos para a formação musical; e o movimento Hip Hop, que também aparece com força e faz reivindicações para o segmento.

A Economia Criativa continuava com poucas propostas consistentes e as prioridades limitavam-se à isenção de tributos municipais e outras pouco interessantes. O tema da diversidade cultural se amplia muito por conta das iniciativas do Ministério da Cultura, como as inovadoras políticas a partir da criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (2004-2011), e do Programa Cultura Viva. Uma das proposições para esse tema foi a criação do Museu da Diversidade Cultural, que não foi realizada pelo município, mas foi acatada pelo governo de Estado.

A preocupação com marcos legais para a cultura é apontada pela necessidade da adesão ao Sistema Nacional de Cultura, que tem como exigência a criação do Conselho, Plano e Fundo. No Congresso Nacional, a PEC 150, que determina a veiculação de percentual do orçamento das três esferas do governo para a cultura, também foi encaminhada pela conferência. Essa conferência, diferente da primeira, viabilizou a participação dos delegados na etapa estadual e nacional.

2.3 TERCEIRA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO (III CMC)

A III CMC foi convocada pelo prefeito Fernando Haddad pelo Decreto Municipal nº 54.087 de 12 de julho de 2013. Aconteceu nos dias 2 e 3 de agosto de 2013, teve como tema “Uma Política de Estado Para a Cultura: Desafios do Sistema Municipal de Cultura” e atendeu à convocação da III CNC, que propôs esse tema para estabelecer o Sistema Nacional de Cultura. Entre os objetivos, além promover a participação no município no processo de debate e proposição de políticas culturais nos diversos níveis federativos, destacam-se as propostas para as políticas municipais, em especial a elaboração do Plano Municipal de Cultura e as orientações para a condução das políticas pela Secretaria Municipal de Cultura. Foram realizadas cinco pré-conferências macrorregionais.

Os eixos temáticos seguiram a proposição da III CNC: I) Sistema Municipal de Cultura; II) Produção simbólica e diversidade cultural; III) Cidadania e direitos culturais; e IV) Cultura e Desenvolvimento. Participaram 784 pessoas e foram priorizadas 30 propostas.

Análise da III Conferência Municipal de Cultura

A III CMC aconteceu em um momento favorável para as políticas culturais. O MinC já tinha implantado os três componentes do Sistema Nacional de Cultura, que por sua vez foi incorporado à Constituição Federal⁴: o Conselho Nacional de Política Cultural, o Plano Nacional de Cultura⁵ e o Fundo Nacional de Cultura. Dessa maneira, com uma gestão alinhada com o governo federal, São Paulo teve a oportunidade de criar o Sistema Municipal de Cultura. O município já possuía seu conselho, que necessitava de uma readequação, e precisava elaborar o plano e o fundo.

Questões sobre as duas primeiras conferências continuam no rol das propostas, como descentralização das ações e reestruturação da secretaria, sendo esta a mais votada. Porém, esta edição aumenta a inclusão dos segmentos da diversidade cultural, que cresceram em participação a cada conferência por meio de organizações dos segmentos, da ocupação de espaços ociosos e, principalmente, da gestão participativa e do controle público das políticas culturais.

O Sistema Municipal de Cultura deve resolver essas questões, mas a grande dificuldade passa pela dimensão territorial. Os 92 distritos e 34 subprefeituras, com populações maiores que muitas cidades, por si só já mereceriam subsecretarias de cultura e infraestrutura para atender às necessidades.

Outro desafio era criar um mapeamento dinâmico sobre equipamentos, grupos, produtores, ações, coletivos, espaços e participantes da diversidade cultural. O MinC, apesar do seu esforço em implantar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), com a finalidade de prover soluções de mapeamento para todos estados e municípios, ainda teria um longo caminho para trilhar. De qualquer forma,

⁴ A Emenda Constitucional nº 71, de 2012, acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.

⁵ Lei nº 12.343 promulgada em 2 de dezembro de 2010.

São Paulo criou nessa gestão o SP Cultura, uma plataforma de mapas da cultura que é compatível, mas ainda não integrado, com a proposta do MinC.

São Paulo contribui com a maior parcela do PIB, por consequência também tem uma parcela da economia da cultura, que não é levada em consideração por falta de dados e informações estruturadas, o que não permite um monitoramento e séries históricas. Nesse sentido existe a iniciativa da criação da Conta Satélite da Cultura, esforço em que MinC e IBGE vem trabalhando desde 2006 para identificar e monitorar a cadeia produtiva dos segmentos da cultura.

Ainda no tema da economia, é de se estranhar que propostas para a Economia Criativa não se fizeram presentes em nenhuma das 30 propostas priorizadas e, como veremos na elaboração do Plano Municipal de Cultura, esse tema sempre foi tratado com pouca atenção, tanto pelos delegados das conferências como pelos gestores.

Em compensação, foi reivindicada a expressão e a manifestação da produção pelo movimento das pessoas com deficiência, em especial pelos deficientes auditivos, a Cultura Surda, para além da acessibilidade. Nesse segmento, os delegados se fizeram presentes na conferência estadual e nacional.

Nessa conferência vários segmentos retornaram mais organizados e fortalecidos, como os povos de terreiro e matriz africana, periferia, culturas populares, escolas de samba, ciganos, indígenas e LGBT, em contraposição a algumas linguagens artísticas como Música, Ópera e Artes Plásticas, que tiveram pouca presença. Teatro e Dança se fizeram presentes com a preocupação da garantia e manutenção das políticas de fomento.

A Secretaria Municipal de Cultura possui programas referenciais na área de formação cultural, como o Programa de Iniciação Artística (PIA), Vocacional e a Escola de Bailados, com vagas disputadas. No entanto, não fizeram parte das reivindicações na conferência, como a solicitação de ampliação de vagas e mais espaços pela cidade.

3. ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA CULTURA DE SÃO PAULO

Em 2005, o Ministério da Cultura iniciou o processo de criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) a fim de nortear as políticas da federação que serão desenvolvidas nos âmbitos estaduais e municipais, sancionado pela Lei nº 12.343, em dezembro de 2010. Os princípios foram balizados pela Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e pela Agenda 21 da Cultura, reiterando a demanda trazida pela I Conferência Nacional da Cultura.

O PNC tem como premissa a democratização e a descentralização da cultura no país e se sustenta sobre os pilares do reconhecimento, da valorização, da promoção e da proteção da diversidade cultural do país. O plano estabelece, portanto, as seguintes diretrizes que devem ser consideradas para todas as políticas públicas culturais no Brasil:

- Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- Produção, promoção e difusão de bens culturais;
- Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- Democratização do acesso aos bens de cultura;
- Valorização da diversidade étnica e regional.

O PNC é um dos pilares do Sistema Nacional de Cultura para a gestão e promoção de políticas públicas permanentes e democráticas. Estabelecido entre os entes da federação e a sociedade civil, o sistema cuidará da operacionalização do Plano Nacional de Cultura, ordenando o pacto de responsabilidades e a cooperação entre as instituições envolvidas.

O município de São Paulo aderiu ao Sistema Nacional de Cultura⁶ e com isso comprometeu-se em:

- Elaborar e implantar um Plano Municipal de Cultura;
- Realizar Conferências Municipais de Cultura;
- Criar o Fundo Municipal de Cultura;
- Implantar o Conselho Municipal de Política Cultural;
- Criar um Sistema Municipal de Cultura.

Considerando a construção do Plano Municipal de Cultural, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC-SP) publicou no início de 2015 um chamamento público para pessoa física para a construção de um diagnóstico da cultura em São Paulo, justificado pelo tempo e por recursos escassos. Optou-se que o diagnóstico fosse restrito às ações e equipamentos da secretaria.

A realização do diagnóstico abarcou os marcos legais das políticas culturais municipais; o orçamento público da cultura; a estrutura do órgão gestor da cultura; o histórico das instâncias e mecanismos de participação social, em especial as conferências municipais de cultura; as bases de dados e indicadores existentes; os equipamentos culturais e seus aspectos físicos; as ações de preservação do patrimônio; os acervos municipais; as políticas e programas voltados à formação artística, à oferta de programação cultural e ao fomento de agentes, coletivos e organizações fazedores de cultura; entre outras informações relevantes para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Cultura (SÃO PAULO, 2016, p. 20-21).

A partir desse diagnóstico, a SMC-SP lançou um segundo chamamento público para contratação de organização da sociedade civil para garantir a elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Paulo com transparência e qualidade máxima nos conteúdos incorporados, agindo com idoneidade e assegurando a franca e direta participação dos cidadãos no processo de elaboração.

⁶ Acordo de Cooperação Federativa, n. do processo: 01400.023420/2013-47, publicado no Diário Oficial da União, seção 3, p.16, de 27 ago. 2015.

A SMC-SP definiu previamente quatro eixos que deveriam nortear a elaboração do Plano Municipal de Cultura:

Eixo I – Institucionalidade da cultura e participação social: Estrutura de gestão (Secretaria Municipal de Cultura); marcos legais (leis de incentivo, leis de fomento, fundos); mecanismos de participação (conferências, conselhos); e plataformas digitais.

Eixo II – Memória e Patrimônio Cultural Acervos: Arquivo, museus e preservação.

Eixo III – Produção, Difusão, Formação e Acesso: Formação cultural e artística, programação cultural, programas e mecanismos de fomento.

Eixo IV – Equipamentos culturais e territorialização: Distribuição dos equipamentos públicos de cultura, tipologia dos equipamentos públicos de cultura e articulação territorial.

Dentre as organizações da sociedade civil que concorreram no certame, a Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi a vencedora. Em 2015 iniciou um trabalho junto à SMC para desenvolver uma metodologia para a elaboração de um plano que contemplasse as informações advindas do diagnóstico, a sistematização das três conferências e diretrizes da secretaria. Produziu-se, então, a primeira versão, com diretrizes e metas para serem submetidas ao processo de avaliação, validação e sugestão da sociedade civil por meio de audiências públicas e oficinas temáticas e regionais. A consulta pública como instrumento de escuta da população quanto às políticas culturais do município para os próximos dez anos.

A SMC definiu uma gestora do quadro de servidores para coordenar e responder pelo processo de elaboração do plano. Então, ela tornou-se a interlocutora do PMC interna e externamente. Reitera-se que esse papel é bastante complexo, pois demandava deste agente a responsabilidade de tramitar o processo administrativo, ser a referência da SMC para qualquer assunto voltado ao PMC e atuar como mediador entre as diversas áreas da secretaria e dos grupos culturais interessados, além de participar diretamente de todos os encontros realizados junto aos departamentos da secretaria e a sociedade civil em geral.

Nesse início de trabalho alguns pontos já podiam ser observados e afetaram o decorrer do processo participativo. Primeiro, o fato do diagnóstico ser restrito aos equipamentos e programas públicos municipais. Essa situação implicou em ruídos

junto aos grupos e coletivos da cultura, que não se “enxergavam” no diagnóstico, fazendo com que sempre houvesse questionamentos sobre sua amplitude. Para esses grupos, o diagnóstico não levou em consideração para além dos equipamentos municipais, estrutura e ações da secretaria, bem como não contemplou a abrangência dos atores, produtores e outros equipamentos da cidade que possuem uma vasta produção cultural realizada pela sociedade civil e iniciativa privada.

É preciso enfatizar que o processo de diagnóstico foi conduzido por duas consultoras contratadas por chamada pública e que elas tiveram apenas três meses para produzir o trabalho que, apesar da abrangência questionada, produziu informações, gráficos e mapas de excelente qualidade e de forma inédita na secretaria.

O segundo foi o fato de, assim como o diagnóstico, o plano ter poucos recursos humanos e tempo para ser elaborado. O cronograma previsto na chamada para a realização era de apenas seis meses, prorrogáveis por mais seis meses, para realizar as oficinas internas com todos os dirigentes, a proposta para a consulta pública, as audiências regionais e temáticas, a sistematização e o esboço do projeto de lei. Isso consumiu nove meses de trabalho. O prazo foi apertado, e o tempo político foi equivocadamente porque, como o processo terminou em julho de 2016, por se tratar de um ano eleitoral, não houve tempo hábil para a tramitação do Projeto de Lei na Câmara. O que restou como saída foi criar um decreto municipal que fragiliza a execução e implementação, por não ser um marco legal obrigatório e que poderia não ser cumprido ou até mesmo revogado pelo próximo prefeito.

O terceiro ponto refere-se a uma preparação não adequada do ambiente interno e dos responsáveis na secretaria para a elaboração do PMC. Apesar de ter sido constituído o Núcleo Gestor Executivo do PMC/SP⁷, formado por representantes das várias áreas da secretaria, houve uma sobrecarga sobre a coordenadora que acompanhou todo o processo. Também, houve um baixo envolvimento dos integrantes do núcleo em função das tarefas diárias da administração, em especial da assessoria do gabinete, e dos gestores. Esse envolvimento ficou restrito a participações pontuais para garantir alguns pleitos particulares de suas áreas, como ampliação de orçamento de algum programa ou projeto ou a reestruturação administrativa da secretaria que impactava diretamente no trabalho dos servidores, mas sem a visão global do todo e as correlações entre as diversas áreas.

⁷ Instituído pela Portaria nº 78/SMC-G/2015 e alterado pela Portaria nº 10/SMC-G/2016.

A metodologia para a elaboração do plano teve como primeira tarefa avaliar o diagnóstico e sistematizar todas as propostas advindas das três conferências municipais realizadas, filtrar as que se destinavam ao município, aglutinar propostas semelhantes ou parecidas, e separar as propostas que não seriam adequadas para o plano.

O Núcleo Gestor Executivo deliberou em oficinas internas as ações propostas pela metodologia. Também, foi apresentada a sistematização das propostas e incluídas as diretrizes e prioridades apontadas pela gestão.

Um dos fatores de maior dificuldade encontrados foi quantificar as metas a curto, médio e longo prazo, fato compreensível para uma gestão que dura quatro anos, e planejar para dez anos torna-se uma tarefa que a administração pública da cultura ainda não tinha enfrentado.

Depois da sistematização e a criação do universo de 50 metas propostas que seriam trabalhadas no plano, foi discutido como seriam distribuídas nos eixos inicialmente propostos. Verificou-se a ausência do tema da Economia Criativa, que não foi priorizado pela análise da consultoria da FUNDASP, e que seria importante e estratégico que fosse levado em consideração. Insistimos que o Plano de Cultura de São Paulo não poderia deixar de atender um tema estratégico na atualidade para as políticas culturais, apesar de uma resistência inicial por parte de alguns assessores.

Houve concordância. Como esse tema nunca foi acolhido pelas gestões passadas e nem pelos servidores, a justificativa foi feita a partir da criação da SPCine, que é a agência de cinema municipal e lida com a indústria do audiovisual. Esta criou um novo espaço para discutir a economia criativa, sendo lastreada por ações de fomento à produção de filmes, *games* e *fablabs*, além de salas de exibição nos CEUs. Dessa maneira, foi incorporada a mudança para os seguintes eixos:

Quadro 1: Eixos do Plano Municipal de Cultura

Eixo	Ações
Eixo I – Do Estado e da participação social	Gestão administrativa Financiamento Participação social Informações e indicadores culturais Marcos legais

Eixo	Ações
Eixo II – Da infraestrutura cultural	Tipos de espaços e aspectos físicos Distribuição territorial e escala de abrangência Gestão compartilhada
Eixo III – Do patrimônio cultural e da memória	Acervos e bens culturais Reconhecimento, salvaguarda e difusão Sistemas de informação, inventário e catalogação
Eixo IV – Da diversidade cultural	Formação cultural e artística Programação e fruição cultural Fomento à cultura
Eixo V – Da economia da cultura	Cadeias e arranjos produtivos Promoção da sustentabilidade Mercado e instituições culturais

Fonte: SÃO PAULO, 2016, p. 22.

O processo participativo foi desenhado a fim de criar espaços de reflexão e discussão de várias frentes, internamente e externamente de forma presencial e virtual. Assim, houve uma rodada de oficinas internas com as diferentes áreas e departamentos da SMC; seguida das consultas públicas realizadas por meio das audiências públicas regionais e temáticas e da plataforma on-line. Após isso, houve a sistematização do processo participativo, com as críticas, alterações e inclusões de propostas e a validação interna na SMC, além de uma reunião intersecretarial, que permitiu incorporar o maior número de contribuições da consulta pública de forma alinhada com as outras políticas municipais.

Para a consulta pública, destacam-se algumas estratégias realizadas que garantiram melhores resultados. A primeira foi a construção de uma plataforma *web* que continha todas as informações referente ao PMC, como documentos para *download*, agenda de audiências, espaço para participação virtual e devolutivas, entre outras informações. Além da página, foi elaborado um caderno de consulta em que as metas preliminares, definidas na primeira rodada de oficinas internas, foram apresentadas junto à síntese do diagnóstico. Esse material foi norteador para as audiências, uma vez que todos que participavam recebiam o caderno de consulta e podiam avaliar individualmente as metas, concordando ou discordando, podendo ainda, sugerir alterações de texto e métricas. Na consulta on-line, presente na plataforma, o cidadão poderia colocar seus comentários quanto às metas, independentemente de ter ido ao encontro presencial. Nota-se, nesse caso, que o cidadão que participava da audiência retomava sua reflexão quanto ao PMC e contribuía posteriormente virtualmente.

Todas as informações foram sistematizadas e serviram de base para a revisão das metas e ações a fim de que houvesse maior aderência às demandas sociais. Esse processo registrou a presença de 2.646 participantes nos espaços referentes à sociedade civil.

Tabela 1: Número de participantes na etapa de consulta pública do PMC-SP

Lançamento	400
Audiências públicas regionais	463
Audiências públicas temáticas	899
Consulta on-line	884
Total de participantes	2.646

Fonte: SÃO PAULO, 2016, p. 26.

As audiências públicas foram organizadas de duas formas, regional e tematicamente. As regionais ocorreram em equipamentos públicos, em cinco pontos da cidade, sempre aos sábados, procurando trazer um debate territorializado da situação e das demandas para cultura. Havia uma apresentação geral do PMC, seguida de trabalhos em grupo a partir dos eixos definidos.

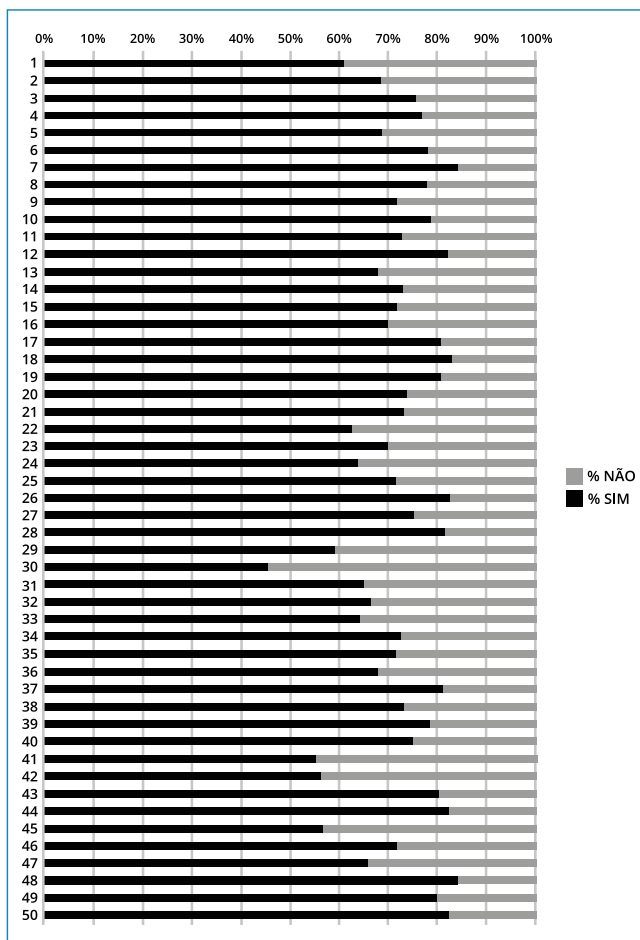
No caso das audiências temáticas, foram escolhidas dezenove temas-chaves, posteriormente ampliados para vinte, com a inclusão do hip-hop. As audiências aconteciam simultaneamente na Galeria Olido, no centro da cidade, em quatro encontros durante a semana, sendo as temáticas: dança, economia da cultura, teatro, música, idoso, juventude, pessoa com deficiência, audiovisual, gênero e sexualidade, imigrantes, patrimônio e memória, circo, cultura digital, culturas indígenas, culturas negras, hip-hop, artes visuais, cultura da infância, cultura popular e literatura, livro e leitura.

Destaca-se a presença de servidores públicos dos equipamentos culturais em todas as audiências, permitindo que houvesse esclarecimentos de pontos de dúvidas, e mediadores, para que as contribuições fossem direcionadas ao plano e não ficassem presas às divagações sem um propósito definido. Avalia-se que a participação dos servidores tenha sido fundamental para a qualidade dos resultados das audiências, porém observou-se a presença quase que insignificante de servidores participantes que não os que estavam representando os papéis institucionais.

Todas as oficinas e audiências contaram com a presença de tradutores de libras e acompanhantes para deficientes visuais.

Para sistematizar as contribuições da consulta pública, delegou-se aos participantes que apontassem se concordavam ou não com as metas propostas, sendo “sim” caso concordassem integralmente com a meta e “não” caso discordassem ou concordassem parcialmente.

Gráfico 1: Percentual de concordância com as metas inicialmente apresentadas



Fonte: SÃO PAULO, 2016, p. 29.

Observou-se a concordância dos participantes em relação à maior parte das metas (o preto representa o percentual de concordância). Nota-se que apenas uma das metas tem maior discordância do que concordância, a meta 30: 12 mil vagas oferecidas nos programas de iniciação artística e cultural para primeira infância, crianças, adolescentes, jovens, idosos e público em geral. A não concordância na maioria dos comentários referia-se ao quantitativo da meta, que deveria ser ampliado.

Ademais, houve uma adequação entre o que foi inicialmente proposto pela secretaria na consulta pública e a opinião da sociedade civil. Porém, durante o processo, novas demandas e inquietações surgiram, fazendo com que houvesse um trabalho apurado de adequação das metas quanto às demandas sociais e à capacidade de execução da secretaria. Além disso, observou-se que as metas tinham pesos destoantes no plano, por exemplo, metas muito específicas e metas de programas bastante complexos. Assim, buscou-se na redação final equalizar para que as metas fossem equilibradas quanto ao seu propósito.

Quanto aos destaques das audiências públicas, vale relatar a inclusão do hip-hop como temática, que inicialmente não estava prevista. Após questionamentos ocorridos na audiência de dança, sobretudo mostrando as particularidades do hip-hop como manifestação cultural e a quantidade de pessoas envolvidas nas suas práticas, foi programada uma oficina para a temática. Houve uma articulação de um grupo que participou em várias audiências, pautando a inclusão do audiovisual expandido, e não apenas audiovisual comumente reconhecido pela televisão e cinema. Notaram-se algumas ausências significativas durante o processo participativo, como representantes de artistas de rua (apesar de existir uma lei sancionada para esse segmento) e de profissionais da gastronomia, que fazem parte do segmento da economia criativa.

O Plano Municipal de Cultura foi atualizado com a sistematização da consulta e passou pela validação junto à Secretaria Municipal de Cultura. Destaca-se, ainda, a realização de uma reunião intersecretarial, em que foram apresentadas as metas que se relacionavam com as ações de outras secretarias, havendo uma nova rodada de incorporações e correções, a fim de que seu desenho fosse integrado às políticas municipais como um todo, sobretudo havendo um cuidado de integração com os demais planos municipais existentes no município.

Ao fim, foi aprovado, por meio do Decreto nº 57.484, de 29 de novembro de 2016, o PMC com 20 metas dispostas equanimemente em cinco eixos temáticos:

Eixo I – Do Estado e da Participação Social: trata de financiamento, reestruturação da secretaria, gestão participativa, informações e indicadores.

Eixo II – Do Espaço Urbano e da Infraestrutura Cultural: trata da requalificação dos equipamentos culturais, a gestão colaborativa e os espaços independentes de cultura e ocupação de espaços públicos.

Eixo III – Do Patrimônio Cultural e da Memória: trata da preservação do patrimônio, educação patrimonial, museus e gestão de acervos.

Eixo IV – Da Formação e da Difusão Cultural: trata das ações e projetos de iniciação artística e cultural, formação técnica e profissionalizante, mediação cultural e formação de público e programação cultural.

Eixo V – Do Fomento e da Economia da Cultura: trata da cidadania cultural, fomento às linguagens artísticas, sustentabilidade e colaboração e cadeias produtivas.

As 20 metas são compostas por 96 ações, sendo todas mensuradas por indicadores. As ações foram temporalizadas no curto (2017), médio (2021) e longo prazo (2025) a fim de facilitar o processo de monitoramento das metas.

A fase mais desafiadora para o plano é a implementação das metas estabelecidas, sendo necessárias atividades de contínuo monitoramento e acompanhamento do plano, garantindo espaços para a sociedade civil estar presentes nesse processo. Mudanças de governo sempre provocam receios sobre a ininterrupção de políticas públicas, daí a esperança de que aprovação do plano municipal trouxesse uma maior segurança para a continuidade das ações culturais. Porém, infelizmente, não foi isso que se observou em São Paulo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de participação social para a elaboração do Plano Municipal de Cultura foi um grande aprendizado para todos os envolvidos. Nota-se que a prática da gestão precisa ser constantemente renovada: em 14 anos (2004-2018) as necessidades aumentaram e algumas modificaram, novas surgiram, algumas foram atendidas e outras não. Percebe-se também que a participação social está mais qualificada,

com domínio das ferramentas de transparência pública, o que permite um maior controle social e o acompanhamento da execução orçamentária. Programas e ações são discutidos em reuniões, redes sociais e debates em plenárias da Câmara e Assembleia Legislativa.

Certamente o grande desafio para a implementação do plano está relacionado à reestruturação da secretaria com a ampliação do seu quadro de servidores, fato apontado no diagnóstico. Identificou-se que muitos servidores têm se aposentado e não foram realizados novos concursos para reposição, o que compromete o desejo de colocar em prática a descentralização das políticas e ações que poderiam ser repassadas para as subprefeituras. Essa prioridade foi expressa desde a primeira Conferência em 2004.

A grande inovação proposta no plano é a inclusão de co-gestão, que contempla a participação dos cidadãos do território na gestão do espaço cultural no que tange à programação com orçamento dedicado para as atividades. Outro tema são as ocupações culturais, devido à falta de espaços públicos para as manifestações, agravada pela existência de edificações públicas vazias ou desocupadas. A proposição das ocupações culturais torna-se uma ação que, com baixo custo, permite atender a uma demanda de grupos e coletivos que não têm sua sede, nem lugares para apresentações, e que poderiam ser um potencial equipamento cultural com modelos diferenciados de gestão.

A gestão Haddad foi a que mais investiu na cultura. Seu orçamento foi crescente em todos os anos, conforme apontado no diagnóstico, e trouxe inovações, como a criação da SPCine, implantação de 22 salas de cinemas de qualidade nos CEUs. No entanto, as principais políticas continuaram no modelo proposto pelas leis de fomento, que foram criadas por articulação e pressão no Legislativo e que, por força de lei, são cumpridas pelo Executivo. Se por um lado estabelecem garantias, por outro engessam a gestão, por terem recursos vinculados para esses programas. Esses também são frutos de *lobby* e de interesse de classes. Não existe uma preocupação com as demais áreas não assistidas por essas leis, e existe um protecionismo. Por exemplo, os movimentos que articularam o fomento à dança não aceitam grupos de B-Boys e B-Girls (dança do Hip Hop), que por sua vez se articularam para criar a Lei de Fomento à Periferia, aprovada por Haddad no final de seu mandato.

Haddad terminou a gestão sem implantar o Conselho, o Plano e o Fundo, elementos que conformam o Sistema Municipal de Cultura. O decreto municipal para o plano

fragiliza muito a implementação, como de fato se concretizou com a gestão de João Dória e seu secretário André Sturm. Houve cortes no orçamento, diminuição, alterações e eliminação de políticas e programas, paralisando inicialmente as atividades de formação, interferindo em resultados dos programas VAI, e desalojando ocupações culturais que estavam inclusive previstas nas metas do plano, sem dar nenhuma explicação, dialogar com a sociedade ou apontar outros caminhos. Dessa maneira, os movimentos culturais estão em constantes embates por direitos perdidos e outros que deveriam ser conquistados com o plano, inclusive realizando manifestações e ocupando a Secretaria de Cultura.

A maior gravidade, porém, é atribuída à irresponsabilidade da gestão municipal seguinte, que, além de ignorar o PMC por completo, não distribuiu a publicação da versão final e desativou a plataforma web <http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br>⁸. Com todo o processo histórico das audiências, consulta pública, cadernos e versões dos planos, que teve custos para o erário público, além de recursos humanos, esse fato causou uma grande frustração.

Por conta desses acontecimentos, foi realizada uma representação ao Ministério Público do Estado de São Paulo pelo vereador Antonio Donato em novembro de 2017, e acatada pelo promotor Thomas Moyico Yabiku, que instaurou um inquérito para apurar possíveis irregularidades na implementação do PMC.

A efetivação de uma política perene depende de marco legal forte, garantido por leis, que são sancionadas e regulamentadas, mas acima de tudo que sejam apropriadas pela sociedade civil e com constante controle e atenção à sua execução. A constatação nesse caso é que, apesar de todo o esforço de criação do Plano Municipal de Cultura, nem os próprios participantes do processo de elaboração se manifestaram contra a não implantação, o que atrasará ainda mais a efetiva participação da cidade de São Paulo no Sistema Nacional de Cultura.

⁸ Existe uma versão de *backup* salva no repositório <<http://archive.org>> e a versão final do PMC no <http://culturadigital.br/responsabilidadedecultural/2018/01/04/links/pmc_sao_paulo_final/>.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 526, de 1 de julho de 1938**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. **Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0074.htm>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. **Relatório de Participação da I Conferência Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/responsabilidadecultural/files/2018/01/ANAIS-I-CNC-FULL.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. **Acordo de Cooperação Federativa**, n. do processo: 01400.023420/2013-47, publicado no Diário Oficial da União, seção 3, p.16, 27 ago. 2015.

CALABRE, L. Intelectuais e Política Cultural: o Conselho Federal de Cultura. In: COLÓQUIO INTELCTUAIS, CULTURA E POLÍTICA NO MUNDO ÍBERO-AMERICANO, 5., Rio de Janeiro, 2006. **Atas...** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://rubi.casarui Barbosa.gov.br/bitstream/fcrb/466/3/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. Conselhos de cultura no Brasil: algumas questões. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (Orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CARVALHO, M. C. A. A participação social no Brasil hoje. **Polis Papers** [online], n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/841/841.pdf>>. <http://www.polis.org.br/uploads/841/841.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

COSTA, K. M. de S., BARROS, J. M. P. de M. Diversidade cultural e participação social na construção de planos municipais de cultura. Taubaté, **Revista G&DR**, v. 12, n. 4 (número especial), dez/2016, p. 123-143.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 2002** – A imaginação a serviço do Brasil - Coligação Lula Presidente do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 2011, p. 259-305.

SÃO PAULO. **Decreto nº 57.484, de 29 de novembro de 2016**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57484-de-29-de-novembro-de-2016>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. **Decreto nº 54.087, de 12 de julho de 2013**. Convoca a III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura de São Paulo**: Caderno de Consulta Pública. São Paulo: SMC, 2016. Disponível em: <<http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/caderno-de-consulta-publica/>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **Decreto nº 44.765, de 19 de maio de 2004**. I Conferência Municipal de Cultura. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/IConferenciaCultura2004FinalPDF_1402950290.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. **Decreto nº 50.894, de 29 de setembro de 2009**. Convoca a II Conferência Municipal de Cultura de São Paulo. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-50894-de-29-de-setembro-de-2009>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. **Relatório da II Conferência Municipal de Cultura de São Paulo**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/responsabilidade-cultural/files/2018/01/Resolu%C3%A7oes-da-II-Confer%C3%Aancia-Municipal-de-Cultura-2009.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

VAL, Ana Paula do; LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; VASCONCELOS-OLIVEIRA, Maria Carolina; PINTO, Viviane Cristina. **Participação e cidadania cultural**: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo. São Paulo: SMC, 2014. Disponível em: <http://culturadigital.br/responsabilidade-cultural/files/2018/01/III_Confer%C3%Aancia_Participa%C3%A7%C3%A3o_Cidadania_Cultural_FINAL.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2019.